

91

Reflexo atual da imagem de um fim de governo

GAZETA MERCANTIL
16 OUT 1993

por Beth Cataldo
de Brasília

"Cada um vive as suas circunstâncias", reage o ex-presidente José Sarney ao ser confrontado com a imagem do final de seu governo refletida nas turbulências que hoje enfrenta o presidente Itamar Franco para a condução dos dezesseis meses que lhe restam de governo.

Para Sarney, senador pelo PMDB do Amapá, trata-se de avaliar a comparação entre uma Constituinte que considerava hostil a sua presidência com um processo de revisão constitucional em que identifica compromissos básicos com a governabilidade.

Mais do que isso, o ex-presidente vê-se, no passado, como alvo preferencial dos ataques dos candidatos à sua sucessão e enxerga um contexto internacional muito mais favorável à gestão atual, a começar pelo rompimento da bipolaridade ideológica entre as superpotências.

Há, entre os antigos integrantes da equipe do ex-presidente Sarney, quem identifique muito mais semelhanças entre os dois períodos do que gosta de admitir o atual senador. As pressões irresistíveis para que um passe mágico derube as altas taxas inflacionárias e a convivência com uma base parlamentar efêmera seriam dois traços nítidos de aproximação. E o grau de incerteza introduzido por um perfil de Constituição ainda por definir seria, na avaliação dos mesmos interlocutores, a principal característica co-



José Sarney

mum dos mandatos desses dois vice-presidentes que assumiram, por motivos diversos, o papel de protagonistas.

Na condição mais confortável de um dos principais articuladores do processo de revisão constitucional, Sarney não esconde sua irritação com os que identificam, em seus movimentos atuais, a motivação primeira da disputa sucessória. Fosse assim, ele argumenta, não se teria batido pela instalação da assembleia revisora ainda neste ano e defendido uma pauta de discussão comprometida com a governabilidade e as reformas políticas que o País demanda.

(Continua na página 6)

• Política

GAZETA MERCANTIL
CONSTITUIÇÃO

96

Reflexo atual da imagem de um ...

por Beth Cataldo
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

É verdade que ele é intransigente na oposição à proposta defendida pelo governo de adoção do rito sumário para a promulgação de mudanças aprovadas na Constituição — um recurso sob encomenda para viabilizar a execução de uma reforma tributária ainda no próximo ano. "A unidade da revisão tem que ser assegurada", insiste. Sua justificativa é de que a entrada em vigor de alterações constitucionais na medida da sua aprovação significaria admitir "uma revisão de emendas e de casuísticos".

Essas qualificações são reiteradas pelo ex-presidente diante da nova alternativa em discussão pelo Ministério da Fazenda e lideranças no governo no Congresso para contornar a inconsistência da proposta do rito sumário. Desta vez, como discutiram na semana passada o deputado Roberto Freire (PPS-PE), líder na Câmara, e o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a tentativa será de conseguir adesão à promulgação por blocos de temas comuns que venham a ser aprovados pelos revisores.

Nesse caso, estaria prevista no regimento interno da revisão a possibilidade de promulgar, imediatamente à aprovação, alterações completas em títulos da atual Constituição. Seria restringida, assim, na visão dos defensores dessa proposta, a fragmentação excessiva colocada em perspectiva pela promulgação de simples emendas aprovadas.

A reforma tributária, por exemplo, estaria contemplada na revisão do Título de número seis da atual

Carta, que trata da tributação e do orçamento. É claro que a expectativa dos articuladores dessa proposta é de que seja possível assegurar a aprovação das mudanças nesse título até 31 de dezembro próximo, o que significa dizer que uma reforma tributária abrangente, e não apenas mudanças emergenciais compostas de medidas infraconstitucionais, estaria em vigor no último ano do governo Itamar.

Trata-se, na opinião do ex-presidente José Sarney, de uma mesma roupagem para um conteúdo idêntico, ou seja, a violação do princípio da unidade do processo de revisão. E que contará, portanto, com sua oposição nas articulações previstas para esta semana. O mais adequado, argumenta o ex-presidente, é situar a discussão da reforma tributária no contexto das mudanças no Estado, dando-lhe uma dimensão permanente, de que carecem as alterações simplesmente tópicas.

O ex-presidente gostaria, ainda, de ver colocadas no centro dos debates da revisão constitucional as reformas políticas que o próprio ministro Fernando Henrique Cardoso, ele lembra, mencionou como um dos obstáculos à fluência das instituições brasileiras. O voto proporcional, com as características que tem hoje no Brasil, é uma de suas preocupações, pela própria aberração que imprime à vida partidária e que confere ao País uma característica única nos sistemas de organização política conhecidos no mundo. Na Itália, comenta Sarney, o voto proporcional foi apontado como um dos instrumentos de deformação do Parlamento, colhido por uma seqüência impressionante de denúncias de corrupção.

Shell aposta em mudanças

por César Felício
de São Paulo

Uma semana após a instalação formal da assembleia revisional, o presidente da Shell do Brasil, Omar Carneiro da Cunha, reconhece que a quebra do monopólio que a União exerce sobre a atividade petrolífera será a "mais polêmica" das mudanças que as empresas estrangeiras de capital estrangeiro irão defender durante o processo de revisão devendo contar com grande resistência dentro do Congresso.

Cunha afirmou que a Shell está preparada para continuar operando normalmente no País, na hipótese de manutenção do mo-

nopólio, embora lembre que "há uma tendência significativa dentro do Congresso para alterações neste item."

De acordo com Cunha, a discussão entre empresários e congressistas está muito mais avançada no sentido de eliminar as distinções entre o capital estrangeiro e o capital nacional, presentes no artigo 171 da Carta.

Segundo o presidente da Shell, uma reforma fiscal em que se amplie a base de arrecadação, diminuindo a carga tributária, a redefinição do papel do Estado e a reforma do sistema previdenciário são os outros pontos onde já se chegou a um consenso dentro da classe empresarial.